



mo de **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** que entre si fazem, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO MÉRICO DE FLORIANÓPOLIS**, entidade sindical representativa da categoria profissional dos empregados no comércio, com base territorial no Município de Florianópolis, com carta sindical sob o registro nº 12.530, inscrito no PJ sob nº 83.930.305/0001-20, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. **LAEL MARTINS NOBRE**, portador do nº nº 289.842.699-72, de outro lado, o **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MATERIAL ÓTICO, TOGRÁFICO E CINEMATOGRAFICO DE SC**, entidade sindical representativa da categoria econômica, com carta lical sob o registro nº 24430.005181, inscrito no CNPJ nº 79 370 276/0001-11, neste ato representado por seu idente, **LUIZ BERNARDINO DOS SANTOS**, portador do CPF nº **218 744 099 00**, na forma que abaixo estabelecem, regendo as categorias sob a base territorial dos convenentes, especificamente nesta Convenção para o Município de FLORIANÓPOLIS, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CORREÇÃO SALARIAL

salários fixos e a parte fixa dos salários mistos dos integrantes da categoria profissional serão reajustados com a cação do percentual correspondente a 100% (cem por cento) do INPC-IBGE acumulado no período de setembro de 4 a agosto de 2005.

ágrafo único: O reajuste incidirá sobre os salários a partir de 1º de setembro de 2005, inclusive, aplicando-se, quando ber, a proporcionalidade, podendo ser compensados os adiantamentos espontaneamente pagos pelo empregador no do.

PROPORCIONALIDADE

salários dos empregados admitidos a partir do mês de setembro de 2004, serão reajustados proporcionalmente pelo C-IBGE acumulado a partir do mês da admissão.

SALÁRIO NORMATIVO (PISO SALARIAL)

estabelecido o Salário Normativo (piso salarial) para os integrantes da categoria profissional, no valor de **R\$ 575,00** nhetos e setenta e cinco reais).

ágrafo primeiro: Os empregados admitidos à partir do mês de setembro/05, que ainda não tenham trabalhado comércio varejista, receberão pelo período de 90 (noventa) dias, o salário normativo de **R\$ 458,00** itrocentos e cinquenta e oito reais).

ágrafo segundo: Os empregados nas funções de Office-boy e empacotadores, receberão o salário de **R\$ 487,00** itrocentos e oitenta e reais).

QUEBRA DE CAIXA

empregados que exerçam a função de caixa, cobradores ou substitutos expressamente designados pela empresa, haverá nderação mensal de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário normativo estabelecido no caput da cláusula 03 a categoria profissional.

GARANTIA SALARIAL MÍNIMA AO COMISSIONISTA

empregados que percebem somente por comissão, fica assegurada remuneração mensal mínima correspondente ao írio Normativo estabelecido para a categoria, desde que suas comissões não atinjam tal valor.

CONFERÊNCIA DO CAIXA

onferência dos valores em caixa será realizada na presença do gerente ou responsável da área e do caixa ou cobrador, ncerramento do expediente diário do empregado que exerce a respectiva função.
ígrafo Único - Quando este for impedido pela empresa de acompanhar a conferência, ficará isento das onsabilidades por erros verificados.

ASSENTO AOS CAIXAS

empresas fornecerão a todos os empregados que exerçam a função de caixa, cadeiras com encosto, para o nvolvimento de suas funções.

CHEQUES SEM COBERTURA

empresas não descontarão de seus empregados as importâncias correspondentes a cheques sem cobertura por estes bidos quando nas funções de caixa, cobradores ou substitutos expressamente designados pela empresa, uma vez rpidas as normas da empresa, que deverão ser estabelecidas por escrito.

CÁLCULO DAS FÉRIAS, 13º SALÁRIO E AVISO PRÉVIO DOS COMISSIONISTAS

comissões auferidas para base de cálculo das férias, 13º salário e aviso prévio dos comissionistas, serão previamente ígidas pelo INPC IBGE dos últimos 12 (doze) meses.

ígrafo único: Os empregados que percebam a base de comissão e salário fixo (misto), será apurada para efeito desta isula, somente a comissão indicada no *caput*.

DESCONTO OU ESTORNO DAS COMISSÕES

vedado às empresas descontarem ou estornarem da remuneração dos empregados, valores relativos a mercadorias madas pela empresa por falta de pagamento do comprador.

ATESTADO MÉDICO

estado Médico ou odontológico deverá ser apresentado pelo empregado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob a de não serem abonadas as faltas respectivas.

ANOTAÇÕES DE COMISSÕES

ígam-se as empresas a registrar na CTPS do empregado ou no correspondente instrumento contratual, o percentual ado para o pagamento de comissões e seu salário fixo, se houver.

PAGAMENTO DE COMISSÕES

empresas ficam obrigadas a efetuarem o pagamento das comissões a seus empregados, sempre calculadas sobre o valor ivamente pago pelo cliente, desde que o financiamento seja efetuado pela empresa ou financiadora com participação mpresa.

REPOUSO SEMANAL DO COMISSIONISTA

o cálculo do repouso semanal remunerado, serão consideradas as comissões de vendas do mês e para cálculo do amento das horas extras, essas comissões integram o salário base.

RESCISÃO CONTRATUAL DO COMISSIONISTA

caso de rescisão de contrato de trabalho de empregado comissionista, a empresa fica obrigada no ato da homologação, ressentar a entidade sindical profissional, os comprovantes de pagamentos efetuados ao empregado nos últimos 12 ze).

MOTIVO DA RESCISÃO

caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará por escrito ao empregado, o motivo da rescisão.

SERVIÇO MILITAR

o garantido o emprego ao trabalhador alistado para a prestação de serviço militar obrigatório, a partir do recebimento, empresa, da notificação que será efetivamente incorporado, até 60 (sessenta) dias após a sua desincorporação, alvada a dispensa por motivo disciplinar.

ABONO DE FALTA DO (a) TRABALHADOR (a)

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2005-2006

Será abonada a falta do (a) trabalhador (a), até 12 (doze) vezes no período, no caso de necessidade de consulta méo filho de até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica, a ser apresenta 48 (quarenta e oito) horas.

19. ASSENTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

As empresas colocarão nos locais de trabalho, onde o atendimento ao público é feito de pé, assento para descans horas sem movimento.

20. ALIMENTAÇÃO E LOCAL PARA REFEIÇÃO

As empresas que não dispuserem de cantina ou refeitório destinarão local em condições de higiene para lanch empregados. No caso do trabalho extraordinário, a alimentação será fornecida gratuitamente após a primeira hora.

21. JORNADA NOTURNA

O trabalho prestado em horário noturno, compreendido entre as 22:00 horas e às 05:00 horas, será remunerad adicional de 35% (trinta e cinco por cento).

22. COMUNICAÇÃO DE FÉRIAS

A concessão de férias será participada ao empregado, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabe este assinar a respectiva comunicação.

23. FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho antes de completar um ano de serviço, terá c ao recebimento de férias proporcionais, a razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, po completo de trabalho, ou fração superior a 14 (quatorze) dias, desde que tenha trabalhado mais de 90 (noventa) d empresa.

24. COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será fornecido aos empregados o comprovante de pagamento mensal, obrigatoriamente pela empresa, con identificação e com discriminação das verbas pagas e descontadas.

25. SUBSTITUIÇÕES

O empregado que exercer substituição temporária, desde que não seja meramente eventual, terá o direito a igual salá do substituído, excluídas as vantagens pessoais, enquanto durar a substituição.

26. ESTABILIDADE AO EMPREGADO ACIDENTADO

Fica garantido o emprego e o salário ao acidentado na forma da Lei, pelo período de 01(um) ano, conforme artigo 1 Lei 8.213/91.

27. ESTABILIDADE AO EMPREGADO SOB AUXÍLIO DOENÇA

O empregado que empregado sob auxílio-doença, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, à do término do benefício concedido pelo sistema previdenciário, ressalvada a dispensa por motivo disciplinar.

28. PREENCHIMENTO DO RSC(INSS)

Ficam as empresas obrigadas ao preenchimento dos formulários do "RSC (Relação de Salário de Contribuição) II apresetados pelos empregados demitidos ou demissionários.

29. CURSOS E REUNIÕES

Fica estabelecido que os cursos e reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados dur jornada de trabalho, ou, fora do horário normal, mediante o pagamento de horas extras, exceto os gerentes nomead forma da lei.

30. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - SUSPENSÃO

O contrato de experiência ficará suspenso, durante a concessão do Benefício Previdenciário, completando-se o temp previsto, após término do referido benefício.

31. CÓPIA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

As empresas fornecerão aos empregados em experiência, cópia dos respectivos contratos, desde que celebrad documentos escritos, adversos à carteira profissional.

32. DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

O empregado que comprovadamente obtiver novo emprego antes do término do aviso prévio, fica dispensa cumprimento do respectivo aviso, recebendo, nesta situação, o proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

33. AVISO PRÉVIO - PRAZO ESPECIAL

Será de 45 (quarenta e cinco) dias o aviso prévio para os empregados que contem com mais de 5(cinco) anos de s contínuo na mesma empresa, e que vierem a ser demitidos durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho.

34. AVISO PRÉVIO INDENIZADO

No pedido de demissão com indenização do aviso prévio, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os e legais.

35. ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE E VESTIBULANDO

As empresas assegurarão o direito ao abono de faltas ao empregado estudante e ao vestibulando, nos horários de e regulares ou vestibulares, coincidentes com os de trabalho, desde que realizados em estabelecimento de ensino ofic autorizado legalmente, pré-avisando o empregador com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas, mediante compro oportuna.

36. UNIFORMES

Serão fornecidos uniformes aos trabalhadores gratuitamente, quando a empresa exigir o seu uso.

37. MAQUIAGEM

Obrigação de as empresas fornecerem material de maquiagem, adequada a tez da empregada, quando exigirem e mesmas trabalhem maquiadas.

38. JORNADA EXTRAORDINÁRIA DE TRABALHO

As horas excedentes da jornada diária de trabalho, até o limite de 2 (duas) horas serão remuneradas com o adicio 50% (cinquenta por cento) e as que ultrapassarem este limite serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por o

39. ACORDOS COLETIVOS DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO – BANCO DE HORAS

Durante a vigência do presente instrumento normativo, as empresas poderão prorrogar a jornada diária de trabalho qual as horas suplementares serão compensadas, proporcionalmente na base de uma por uma (1 hora por 1 hora), no de 90 (noventa) dias subsequente ao mês da acumulação, não podendo a jornada de trabalho ultrapassar 10 (dez) diárias.

§ 1º - Para a presente prorrogação, dever-se-á observar as disposições do artigo 59, parágrafo 2º e artigos 611 à 6 CLT.

§ 2º - O empregado será comunicado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data e o horá compensação.

1 o adicional previsto nesta Convenção.

RENEGOCIAÇÃO

mudanças determinadas na política econômica e salarial, por parte do Governo Federal, ensejarão a renegociação dos termos deste instrumento normativo, no que se refere às cláusulas que forem atingidas por tais mudanças.

CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

empresas utilizarão mecanismos de registro de ponto, como livro, cartão ou folha-ponto, cartão mecanizado ou eletrônico, para o efetivo controle do horário de trabalho.

INTERVALOS INTRA-JORNADA

intervalos intrajornada de no mínimo 1 (uma) hora e no máximo de 2 (duas) horas para refeição, quando não cedidos, darão direito ao empregado, ao recebimento de horas extras como se tal fosse.

INTERVALO PARA LANCHE

intervalos de 15 (quinze) minutos concedidos para lanche serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado.

PRÉ-APOSENTADORIA

o garantidos o emprego e o salário ao trabalhador que contar mais de 05 (cinco) anos contínuos de serviços prestados mesmo empregador, a partir do momento em que completar tempo de serviço que lhe permita obter aposentadoria previdenciária, no máximo de 12 (doze) meses salvo por motivo disciplinar.

ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES

rescisões de contrato de trabalho serão efetivadas perante o Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis, conforme previsto em sua base Territorial, nos termos da legislação em vigor.

Ígrafo Único: A quitação dos valores constantes no termo de rescisão do contrato de trabalho, será válido através do pagamento em moeda corrente, depósito bancário compensado e/ou cheque administrativo.

DISPENSA DO MÉDICO COORDENADOR

acordo com a Portaria nº 24 e Portaria nº 8 do MTB/SSST, que modificou a NR7, ficam dispensadas de indicar médico coordenador as empresas enquadradas na categoria com grau de risco 1 e 2 que tenham até 50 empregados e as enquadradas no grau de risco 3 e 4 que tenham até 20 empregados.

EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS: APLICAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE

empresas dispensadas de realizar o exame médico ocupacional quando da rescisão contratual, desde que o último exame feito com o empregado não tenha se realizado há mais de 270 dias, as empresas com grau de risco 1 e 2, e de 180 dias as empresas com grau de risco 3 e 4.

INÍCIO DO PERÍODO DO GOZO DAS FÉRIAS

o início das férias coletivas ou individuais, não poderá coincidir com sábado, domingo ou feriado, ou dia de compensação de trabalho semanal.

ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

as anotações efetivamente exercida pelo empregado será anotada na sua carteira de trabalho.

JORNADA DE TRABALHO PARA VIGIAS

o trabalho em base no artigo 7º, inciso XIII, capítulo 2 da Constituição Federal, fica facultado às empresas e respectivos empregados que exercerem exclusivamente a função de vigia, estabelecerem acordo de prorrogação e compensação do trabalho, possibilitando estabelecer a jornada de 12 (doze) horas de trabalho com 36 (trinta e seis) horas de descanso.

VALE-TRANSPORTE

o vale-transporte é estabelecido a obrigatoriedade de fornecimento do vale-transporte a todos os empregados abrangidos pela presente convenção, na forma da Lei nº 7.418 de 16/12/85, inclusive para deslocamento dos empregados que alojam em suas dependências.

Ígrafo Único: As empresas que fornecerem refeição ou possuem restaurante próprio, ficam desobrigadas do fornecimento do vale-transporte nos intervalos para refeição.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

os diretores das entidades sindicais profissionais, serão liberados para comparecimento em assembleias, congressos e reuniões sindicais durante 12 (doze) dias ao ano, sem prejuízo de suas remunerações.

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - VENCIMENTO 05/07/2006

empregadores integrantes da categoria econômica abrangidos pela presente Convenção recolherão ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis, a Contribuição Confederativa que trata o artigo 8º inciso 4º da Carta Magna, conforme aprovação em Assembleia Geral do dia 28 de outubro de 1991. A quantia será recolhida na Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, na conta corrente nº 4777-8, agência 408 - Anita Garibaldi, em guia própria, fornecida pelo Sindicato da categoria econômica, no dia 05/07/2006, como segue:

§ 60,00.....	de 00 a 05 Empregados
§ 120,00.....	de 06 a 30 Empregados
§ 240,00.....	de 31 a 70 Empregados
§ 360,00.....	de 71 a 100 Empregados
§ 600,00.....	acima de 100 Empregados

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL

o cumprimento ao que foi deliberado pelos trabalhadores reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 17/2005 as empresas descontarão dos seus empregados a importância equivalente a 4% (quatro por cento) do salário de dos mesmos nos meses de novembro de 2005 e julho de 2006, respectivamente, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL, recolhendo as devidas importâncias em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis, até o dia 10 dos meses de dezembro de 2005 e agosto de 2006, respectivamente, através de guias próprias fornecidas pelo mesmo.

Ígrafo Único: As empresas enviarão ao Sindicato Profissional, até o dia 30 do mês subsequente ao do desconto, a guia dos empregados contribuintes.

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

os sindicatos convenentes realizarão reuniões para reabrir as negociações, visando a implantação definitiva da Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, conforme Lei nº 9958/2000.

HORÁRIO PARA O PERÍODO NATALINO

em as empresas do comércio lojista varejista de Florianópolis, facultadas a prorrogarem o horário de trabalho de seus empregados no período compreendido de 05 de dezembro de 2005 a 02 de janeiro de 2006, conforme segue:

De 05 à 09	- até às 20:00 horas
Dia 10	- até às 13:00 horas
Dia 11 - (Domingo)	- fechado
Dias 12 à 16	- até às 21:00 horas
Dia 17 - (sábado)	- até às 18:00 horas
Dia 18 - (domingo)	- das 15:00 às 21:00 horas
Dia 19 a 23	- até às 22:00 horas
Dia 24	- até às 17:00 horas
Dia 25	- fechado
Dia 26	- a partir das 13 horas
Dia 31	- até às 13 horas
Dia 01/01/06	- fechado
Dia 02/01/06	- a partir das 13 horas

Parágrafo Primeiro - As horas extraordinárias exercidas nos dias relacionados no caput da cláusula 56, não poderão ser compensadas e serão pagas com acréscimo de 75% (setenta e cinco por cento) até o limite de 02 (duas) horas excedentes da jornada diária de trabalho e as que ultrapassarem esse limite serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento), com exceção das horas trabalhadas no domingo, dia 18/12/05, que serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) a partir da primeira hora.

Parágrafo Segundo - Aos empregados que trabalharem no domingo, dia 18/12/05, além da remuneração estabelecida no caput desta cláusula, usufruirão 1 (um) dia de folga, que deverá ser concedida durante o mês de janeiro de 2006.

estarão desobrigadas do cumprimento desta cláusula.

56.1. CONTROLE DE HORA EXTRA

As empresas utilizarão mecanismos de registro de ponto, como livro ponto, cartão ou folha de ponto, cartão mecanizado ou eletrônico, para o efetivo controle do horário de trabalho (cláusula 41 desta CCT).

56.2. PAGAMENTO DE HORA EXTRA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2005

O pagamento da hora extraordinária deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro/06, através de folha individual ou de recibo de salário, elaborados em duas vias.

56.3. INTERVALO PARA REFEIÇÃO

Nos dias em que o horário de trabalho for prorrogado, o empregador concederá, obrigatoriamente, a cada empregado (trinta) minutos para refeição e descanso.

56.4. FORNECIMENTO GRATUITO DE REFEIÇÃO

As empresas que custearão gratuitamente a refeição de que trata a cláusula 56.3, na importância correspondente a R\$ 7,00 (sete reais), para cada empregado, nos dias de prorrogação da jornada de trabalho, ficando isentas desses valores as empresas que tiverem restaurantes, fornecerem refeições, tickets ou vales refeições no valor ajustado.

56.5. HORÁRIO PARA COMPRAS

As empresas que prorrogarem o horário de trabalho, concederão a seus empregados, uma vez por semana durante o período referido (e de acordo com o escalonamento a cargo da empresa), permissão para que os mesmos durante a jornada matutina se ausentem para fazer suas compras.

56.6. TRABALHADORES BUROCRÁTICOS

Os comerciários considerados "trabalhadores burocráticos", ou seja, os que exercem suas atividades no escritório, encarregados, chefes de seção ou semelhantes, exceto os gerentes nomeados na forma da lei, terão assegurados todos os direitos da presente Convenção Coletiva, desde que solicitados a trabalhar.

56.7. SHOPPING

O horário natalino estipulado nesta convenção não abrange os lojistas dos shoppings centers.

57. TRABALHO NOS SÁBADOS QUE ANTECEDEM DATAS FESTIVAS

Os sábados imediatamente anteriores às datas festivas (Dia das Crianças - 08/10/05, Páscoa - 15/04/06, Dia dos Pais - 13/05/06, Dia dos Namorados - 10/06/06, Dias dos Pais - 12/08/06) a jornada de trabalho estender-se-á até às 17 horas.

Parágrafo Primeiro: As horas extras realizadas nas datas estabelecidas no caput desta cláusula serão remuneradas com o adicional estabelecido na cláusula 38 desta Convenção.

Parágrafo Segundo: Os empregadores custearão gratuitamente a refeição dos empregados que prorrogarem a jornada nos dias estabelecidos no caput desta cláusula na importância correspondente a R\$ 7,00 (sete reais) para cada empregado ficando isentas desses valores as empresas que tiverem restaurantes, fornecerem refeições, tickets ou vales refeições no valor ajustado.

58. PENALIDADES

Multa de 20% (vinte por cento) do salário normativo da categoria profissional, por empregado e por infração, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, revertendo a mesma em favor do empregado prejudicado.

59. VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 1º de setembro de 2006 e término em 31 de agosto de 2007.

CORREÇÃO SALARIAL

- Em relação a correção salarial estabelecida na cláusula 1, informamos que o percentual a ser aplicado é de 5,01% (cinco e um por cento) acumulado de 09/04 a 08/05.

PROPORCIONALIDADE

- Em relação a proporcionalidade estabelecida na cláusula 2, para corrigir os salários dos empregados admitidos após setembro/04, deverá ser aplicada a tabela acima, de acordo com o mês de admissão.



SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MATERIAL ÓTICO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO DE SC
LUIZ BERNARDINO DOS SANTOS Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FLORIANÓPOLIS
LAEL MARTINS NOBRE - Presidente